



O INTÉRPRETE EDUCACIONAL ESTAGIÁRIO DE CARÁTER TEMPORÁRIO NA SEMED MACEIÓ: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA ATUAÇÃO

**Charliane Oliveira Ferreira¹
Camila de Oliveira Petri²
Nágib José Mendes dos Santos³**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar as concepções dos/as discentes da Universidade Federal de Alagoas que atuam no estágio não supervisionado, em duas escolas da rede pública municipal, sobre sua atuação como intérpretes de Libras e suas opiniões acerca do que é ou não de sua competência enquanto estagiário. Buscou-se também verificar como se dá a relação entre o professor regente da sala de aula regular e o estagiário que atua junto aos surdos. O instrumento utilizado para a coleta de dados escolhido foi a entrevista semiestruturada e, por meio dela, foi possível constatar que, apesar de ainda não ter a formação adequada, a função do estagiário que atua como intérprete de Libras em sala de aula vai além da interpretação em si, adentrando diretamente no papel de educador que atua diretamente no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, bem como na construção social da identidade desse sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Intérprete educacional. Libras. Escola regular. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Quando se diz que diz respeito à inclusão da pessoa surda, o intérprete educacional é tido como um profissional de grande importância no que diz respeito à acessibilidade comunicacional da pessoa surda. Hoje, é possível encontrar esse profissional atuando em diversos lugares, palestras, propagandas políticas, pronunciamentos oficiais de governos, entre outros. Contudo, sem dúvidas, a área que mais tem absorvido esse profissional é a educação, sendo, nesta área, este profissional denominado de Intérprete Educacional (I.E) (QUADROS, 2002; LACERDA, 2009).

Sobre a função do I.E., esta é ainda muito confusa, pois há uma grande dificuldade em saber até onde se estende a função do Intérprete Educacional, e

¹ Graduanda em Letras-Libras – Licenciatura / Universidade Federal de Alagoas – Campus Maceió. charlaineoliveira238@gmail.com

² Graduanda em Letras-Libras – Licenciatura / Universidade Federal de Alagoas – Campus Maceió. camilapetri@hotmail.com

³ Prof. Msc. Faculdade de Letras – Letras Libras – Campus A.C. Simões. nagib.santos@fale.ufal.br

esta confusão rodeia tanto o professor regente da sala de aula, quanto aos outros profissionais do âmbito escolar, por vezes até mesmo o próprio profissional intérprete que, conforme Silva e Fernandes (2011), não sabe ao certo seu papel, passando assim a exercer funções que não são suas.

O ingresso e a atuação deste profissional, por vezes vem acompanhada de situações incômodas, ocasionadas por desvio de função, ou seja, atribuições que não condizem com sua função na escola, como por exemplo a de atuar como docente do aluno assistido (SILVA; FERNANDES 2011). Contudo, para Lacerda (2009), as funções do IE vai muito além de interpretar/traduzir os conteúdos, ao invés, este deve contribuir com todo processo de ensino aprendizagem.

Sobre a atuação do intérprete no contexto da escola inclusiva, Dorziat (2004) afirma que a comunicação da pessoa surda em Língua de Sinais, dentro da escola, fica muito restrita ao intérprete e ao surdo, o que acaba por desconsiderar a participação do professor e dos demais integrantes da escola, comprometendo, segundo a autora, as relações humanas que, no processo de formação de identidade dessas crianças, são tão importantes. A desvalorização dessas relações pode prejudicar a conexão entre os saberes escolares e as formas particulares dos surdos de se desenvolverem no processo ensino/aprendizagem.

Um dos grandes desafios encontrados pelos TILSP na sua formação, já que, para atuar como intérprete, não basta a fluência na língua de sinais, somado a isto são necessários conhecimentos técnicos e linguísticos. A complexidade ainda é maior quando se trata do IE, já que este profissional tem como principal objetivo “[...] possibilitar o acesso às informações e aos conteúdos ministrados ao aluno surdo, traduzindo e interpretando da língua de sinais para a língua portuguesa, e vice-versa” (SANTOS, MARTINS e LACERDA, 2016). Hoje, apesar de alguns avanços, como as Leis supracitadas, há ainda grandes dificuldades em encontrar profissionais com a formação adequada e que possa suprir as demandas apresentadas pelos surdos inclusos em sala regular.

Na busca de suprir as demandas dos alunos surdos nas escolas públicas da rede municipal de Maceió-Al, a Secretaria Municipal de Educação - SEMED tem utilizado de discentes da Universidade Federal de Alagoas-UFAL que estagiam, no formato de estágio não obrigatório, para atuarem como Profissional de Apoio Escolar

- PAE. Contudo, junto aos surdos, estes profissionais atuam como intérpretes educacionais.

Assim, frente às complexidades que há em torno da atuação do I.E., no contexto da escola regular, surge o seguinte questionamento: Os estagiários, que trabalham juntos aos alunos surdos, se percebem enquanto intérpretes educacionais? Os estagiários compreendem, de forma clara, quais são suas atribuições junto ao aluno surdo? Como se dá a relação entre estagiário, aluno surdo, alunos ouvintes e professor?

Assim, diante do que até aqui foi exposto, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar as concepções dos Intérpretes Educacionais estagiários nas escolas regulares de ensino fundamental na rede pública de Maceió sobre sua atuação no processo de desenvolvimento e aprendizagem da pessoa surda no contexto da escola inclusiva.

Deste modo, o presente texto se desdobrará em quatro partes: a primeira diz respeito ao surgimento do profissional intérprete no Brasil; a segunda, se debruçará sobre o Intérprete Educacional - I.E. e sobre a complexidade que envolve essa função; a quarta parte terá como escopo tratar sobre o programa do estágio não obrigatório e sobre a atuação do estagiário enquanto Profissionais de Apoio Escolar - PAE exercendo a função de intérprete junto ao aluno surdo; e, por último, as discussões em torno das impressões dos estagiários sobre as atribuições de suas funções junto ao aluno surdo, assim como sobre os possíveis êxitos e fracassos experienciados no processo de ensino/aprendizagem da pessoa surda.

1. A gênese do ofício de Interprete de Língua de Sinais em terras brasileira

Em vários países, a atuação do Intérprete de língua de sinais está diretamente ligada à presença e participação dos surdos nos mais diferentes espaços sociais. Esta presença foi se consolidando, a partir do reconhecimento linguístico da língua de sinais. No caso do Brasil, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), se deu no ano de 2002.

Segundo Quadros (2005), foi nos anos 80 que os intérpretes brasileiros começaram a atuar, inicialmente como voluntários juntos aos seus familiares e amigos, ou em templos religiosos. Paulatinamente, foram se organizando e se profissionalizando, ocorrendo em 1988 o Primeiro Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, promovido pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).

Porém, foi nas últimas décadas que alguns marcos Legais surgiram, e foram cruciais para a conquista de direitos da pessoa surda, dentre eles podem ser citados como principais: Lei 10.436 de 22 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação das comunidades surdas do Brasil; Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que, entre outras providências, determina como obrigatório o ensino da Libras, enquanto disciplina, nos cursos de formação de professores e fonoaudiologia; e, a Lei 12.319, de 1ª de Dezembro de 2010, que regulamenta a profissão do Tradutor; Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP) e a Lei 13.146 de 06 de Julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Mais especificamente, sobre a presença do Tradutor intérprete de Língua de sinais/português como meio de acessibilidade, um dos primeiros textos de natureza legal considerado importante foi a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade. No art. 18, do capítulo 7, a referida Lei determina:

O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, **linguagem de sinais e de guias-intérpretes**, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (BRASIL, 2000).

No entanto, a profissão do TILPS só veio a ser regulamentada dez anos depois, com a Lei 12.319 de 1 de setembro de 2010. Esta lei define o TILS como sendo aquele com competência para “[...] realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2010).

2. O Intérprete Educacional - I.E.

Hodiernamente, é possível encontrar TILSP em diversas áreas, mas sem dúvida a prevalência deste profissional é no campo educacional (QUADROS, 2010). Destarte, no tocante ao Intérprete Educacional, Perlin, citado por Mattuzi e Santos

(2008), relata que o papel deste profissional é substancial e está para além da mediação entre a língua oral e a língua de sinais. Neste sentido, Lacerda (2009) afirma que as funções do IE vão muito além de passar conteúdos, pois este deve contribuir com todo processo de ensino aprendizagem.

Silva e Fernandes (2011) relatam que é difícil determinar a função deste profissional delimitando-a em relação a função do professor regente. Isso ocorre, muitas vezes, pois além dos outros profissionais presentes no âmbito escolar desconhecerem o papel efetivo do IE, o próprio, muitas vezes não tem bem definido suas próprias competências.

No Brasil, muitos Intérpretes iniciam suas carreiras no meio religioso de maneira voluntária ou dentro de suas famílias. Porém, é preciso um olhar atento para a importância das políticas públicas para um investimento real deste profissional. Silva e Fernandes (2011) destacam a necessidade da formação ser dividida de acordo com as áreas de atuação para que o profissional tenha uma formação de qualidade e discorrem sobre a falta de cursos na área, altos valores que não são acessíveis para uma grande parte de profissionais.

2. Procedimentos Metodológicos

A fim de alcançar os objetivos propostos por este trabalho, a abordagem adotada foi a da pesquisa qualitativa. Isto, por coadunarmos com autores como Fontelles, Fontelles, Simões e Farias quando dizem ser a abordagem qualitativa:

[...] apropriada para quem busca o entendimento de fenômenos complexos específicos em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas (s/p).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o da entrevista semi-estruturada que, segundo Manzini (2004), este consiste em um roteiro básico, que a partir das respostas do entrevistado, novas hipóteses podem surgir, este ainda, é baseado em teorias e hipóteses relacionados ao tema pesquisado.

O procedimento metodológico eleito, possibilitará uma melhor coleta de dados dos sujeitos agentes no exercício de função de IE's estagiários locados em escolas regulares da rede pública municipal de Maceió-AL.

2.1 Escolha dos participantes da pesquisa

A referente pesquisa foi realizada com 3 (três) estagiárias intérpretes educacionais de caráter temporário na SEMED do município de Maceió-Al. Por questões éticas, a fim de preservar as identidades dos participantes da pesquisa, as participantes receberam os seguintes nomes fictícios: **Maria, Carla e Júlia**.

Quanto a formação das participantes, Maria é graduanda do curso de Letras-Libras, cursando atualmente o oitavo período; Carla é graduanda do curso de Letras Português, cursando atualmente o oitavo período; Júlia é graduanda do curso de Pedagogia, cursando atualmente o segundo período.

Os critérios de escolha das participantes foram baseados no tempo de atuação junto a estes alunos e se, antes de atuarem como estagiárias, tinham experiência enquanto intérpretes. Das participantes, Maria e Carla estão atuando em sala de aula junto à surdos pela primeira vez, enquanto Júlia já atuou na rede privada do ensino superior no mesmo município.

3. Resultados e discussão

Quando perguntado, por meio de entrevista semi-estruturada, sobre o tempo de atuação e se são fluentes em Libras, Maria, Carla e Júlia responderam do seguinte

Maria: Atuo há dois anos e me considero fluente, tenho todos os cursos básicos, o intermediário e o de intérprete.

Carla: Tenho cursos básicos e avançados, e atualmente estou cursando um de intérprete. Atuo a mais ou menos um ano e me considero fluente.

Júlia: Essa é minha primeira experiência como Intérprete Educacional, totalizando dois meses de atuação. Não me considero fluente ainda, mas estou buscando já fiz vários cursos de Libras de 40 horas pelo Sesi EAD, fiz pela Escola do Governo 60 horas, também EAD. Fiz um curso de 160 horas pelo PRONATEC, e estou fazendo um curso de Libras 2, que é o básico.

Em suas falas, mesmo quando não perguntado, elas mencionaram os cursos que fizeram e que estão ainda realizando. Isto evidencia que a formação, tanto a inicial como a continuada, é algo considerado relevante para as participantes.

Como já dito anteriormente, a formação do intérprete é fundamental para o exercício da sua atuação, uma vez que:

Além dos conhecimentos necessários para que sua interpretação evite omissões, acréscimos ou distorções de informações de conteúdo daquilo que é dito para a língua de sinais, ele deve estar atento às apreensões feitas pelos alunos surdos e aos modos como eles efetivamente participam das aulas. Muitas vezes, é a informação do IE sobre as dificuldades ou facilidades dos alunos surdos no processo de ensino/aprendizagem que norteiam uma ação pedagógica mais adequada dos professores” (PIRES; NOBRE, 2004 apud. LACERDA, 2015, p. 34).

Uma formação adequada e condizente com a função que o intérprete irá realizar pode propiciar que este profissional se sinta mais seguro em sua atuação, pois, paulatinamente, conforme os surdos têm aumentando seu grau de escolaridade, os intérpretes também necessitam acompanhá-los academicamente. No entanto, nos cursos de formação de intérpretes pouco ou nada é discutido acerca da atuação do intérprete no campo educacional, sendo muitas vezes, os conhecimentos adquiridos no exercício da prática (LACERDA, 2015).

No caso específico dos estagiários que atuam junto aos alunos surdos, devido a demanda atual de alunos que precisam ser acompanhados, deles não são exigidas comprovações de formação como intérpretes para que atuem nas escolas com alunos surdos. A pessoa interessada na vaga, apresentando comprovante de que possui curso básico de Libras já pode ser contratada como estagiária, isto se dá por causa das dificuldades de se encontrar profissionais com a formação devida. Como resultado disso, os alunos surdos podem ter o seu processo de ensino aprendizagem prejudicado, uma vez que:

Para ser intérprete é necessário amplo domínio de pelo menos duas línguas: a língua de origem e a língua alvo – Libras e português –, mas esse domínio não se refere apenas à fluência, refere-se fortemente a um conhecimento da polissemia da língua, da diversidade de sentidos e possibilidades, de temáticas e aspectos da cultura que perpassam cada uma das línguas, já que a tarefa de interpretar implica não apenas verter palavras/signos de um língua para outra, mas verter sentidos/significados estruturados linguisticamente na língua alvo (LACERDA, 2015, p.31).

A respeito da fluência do aluno assistido pelo estagiário, as participantes da pesquisa responderam ter dificuldade na comunicação direta em sinais, pois os alunos estão em processo de desenvolvimento:

Maria: Trabalho ensinando a língua, não como intérprete, pelo fato do aluno ter 8 anos de idade e não ter domínio da língua.

Carla: Ele não é fluente em Libras. Possui um conhecimento razoável da língua e geralmente falta muito às aulas. Às vezes quando ele está começando a ficar melhor na Libras, essas faltas

acabam fazendo ele esquecer o que já foi visto e é necessário ficar repetindo as mesmas atividades para lembrá-lo.

Júlia: A aluna com que trabalho não sabe ler, ela não foi alfabetizada em Libras tão pouco em português, então a comunicação diária no contexto em escolar é através de mímica.

A grande maioria das pessoas surdas, segundo a literatura, são filhos de pais ouvintes, e, na maioria dos casos, a pessoa surda só tem acesso à língua somente na idade escolar (DORZIAT, 2011; SKLIAR, 2013; LACERDA, 2013). O atraso nesse processo de aquisição de língua pode causar danos de ordem cognitiva, uma vez que a linguagem é uma das condições necessárias ao processo de humanização, haja vista que, por meio dela, o ser humano constrói a si a partir da relação com os demais sujeitos (DORZIAT, 2009; BOTELHO, 2015).

As falas das estagiárias refletem a angústia de, apesar de serem fluentes em Libras, não saberem lidar com os alunos que não tem uma língua ainda estruturada, e a dificuldade que é esse processo de aprendizagem para os surdos.

Quando questionado sobre a formas de passar o conteúdo e se é igual para os ouvintes, ou se é elaborado em específico para os surdos, as três respondem deste modo:

Maria: Busco estar sempre de acordo com o conteúdo da sala, por exemplo, em aula de ciências, tento adaptar a aula a imagens e ao mesmo tempo vou dando os sinais e associando ao conteúdo.

Carla: Como o aluno não é fluente, procuro usar sempre classificadores, imagens e vídeos para que ele entenda o conteúdo. Busco sempre apresentar o mesmo conteúdo que a professora, mas muitas vezes elaboro algo para ele, para que ele aprenda libras primeiro, visto que ele sabe razoável/pouco, as vezes é preciso adaptar e trazer o assunto para conseguir ensinar libras e o conteúdo paralelamente.

Júlia: Ela sempre faz as atividades que a professora passa em sala, até quando a direção ou a pedagoga vai em sala para dar algum recado, eu faço a introdução, eu faço a interpretação pra ela do que está sendo passado para todos os alunos, porque ela tem que saber o que está acontecendo ao redor dela.

Percebemos que tanto Maria, quanto Carla utilizam de recursos para melhor servir ao aluno assistido. Em contrapartida, Júlia afirma que interpreta para a aluna, mesmo quando esta não apresenta domínio da língua.

Interpretar, no contexto da sala de aula regular, não é mais do que transmitir o conteúdo de forma fidedigna do ponto de vista linguístico, é tornar o conteúdo próximo ao aluno, usando de estratégias diversas para que se obtenha êxito nesse intento (LACERDA, 2015). Para tal, a parceria entre o profissional que acompanha o aluno surdo e o/a docente da sala de aula, assim como o/a da Sala de Recursos Multifuncional, é de grande importância.

Sobre este aspecto, as participantes foram questionadas sobre como é relação entre IE e a professora regente, e se esta mostra-se solícita. As respostas dadas pelas participantes foram as seguintes:

Maria: Depende do professor(a), quando o aluno cursava a 2° série, a professora sempre se preocupava com a inclusão do aluno. Quando ele mudou a série, a professora não se preocupou tanto em ajudá-lo, mesmo sabendo que se faz necessário uma adaptação da aula para sua inclusão.

Carla: A professora se preocupa em trabalhar junto com a intérprete dando todo apoio necessário.

Júlia: A professora de sala ela é bem simpática, ela sempre ta disposta a me ajudar quando preciso, e ... eu também sou recíproca na ajuda quando eu termino minhas atividades.

Como bem aponta Dorziat (2004), caso não haja o entendimento de que a responsabilidade, pelo processo de ensino aprendizagem do aluno surdo, não é só da pessoa que atua como intérprete, mas também do/a professor/a regente, ao invés de inclusão, os surdos poderão ficar restritamente ligados aos intérpretes. Vale também salientar que a presença do profissional intérprete não garantirá, por si só, que haja êxito no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos, por isso faz-se necessário também que o procedimento didático-pedagógico dos docentes sejam condizentes com as particularidades apresentadas por estes alunos.

Ainda por meio da entrevista, foi perguntado se nas escolas onde as participantes atuavam havia sala de recursos e atendimento psicopedagógico. A esta pergunta as três respondem:

Maria: Sim, possui a sala de recursos, eu buscava sempre usar para o melhor desenvolvimento do aluno surdo

Carla: Existe sala de recurso e ela é utilizada.

Júlia: Sim, nós temos a psicopedagoga na escola, ela é uma pessoa muito boa, muito positiva, e eu percebo que as crianças que ela

atende se sentem muito acolhidas, e gostam da sala de recursos, pois é bem colorida.

As participantes relatam que nas escolas onde trabalham tem a sala de recursos multifuncional. A presença da psicopedagoga somente é relatada por Júlia.

A utilização da SRMF, por parte das estagiárias, no atendimento à pessoa surda, destoa da proposta tanto do atendimento especializado, como da função das estagiárias, já que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser ministrado por profissional especializado, e as estagiárias, por sua vez, ainda não possuem formação para atuar como docentes, haja vista que são graduandas.

Por fim, a última pergunta feita às estagiárias foi sobre o que elas achavam ser competência delas enquanto PAE/Intérpretes, e tivemos as seguintes respostas:

Maria: Muitas confusões surgem entorno da nossa atuação, muitos acreditam e confundem que o PAE, que atua como intérprete, com um professor para o aluno surdo. O aluno surdo passa a fazer perguntas à agente ou até mesmo os demais alunos direcionam questionamentos ou pedidos, como: posso ir ao banheiro? Posso beber água? Como se o intérprete fosse o professor titular, muitas vezes o próprio professor pede favores. Porém, nós temos como função atuar apenas como intérpretes, sendo intermediador dos conteúdos ministrados em aula.

Carla: Minha obrigação como intérprete é apenas com o aluno específico. Sei que não preciso ensinar libras para os demais alunos e nem outras funções dentro da escola. Quando o aluno falta o intérprete pode muito bem ficar sem fazer nada ou procurando formas de ensiná-lo melhor ou até mesmo ficar na diretoria, mas acabo ajudando a professora quando ele falta porém deixando sempre claro que o meu foco é o aluno.

Júlia: A função de intérprete educacional é um *mix* de apoio pedagógico, porque não tem como trabalhar tão somente a Libras para uma criança que não tem a Libras como sua língua materna. Então, nós enquanto estagiárias não podemos ficar presas a essa nomenclatura (intérprete), porque existe um leque, um leque de coisas. Independentemente do que possam ocorrer, o intérprete educacional precisa ter a mente aberta para entender que nós não devemos ser fechados à função de intérpretes.

De fato, tendo em vista à particularidade da sala de aula, entender a função do profissional que atua como intérprete pode ser algo considerado complexo, já que é muito comum o discurso de que o papel do intérprete é somente interpretar. No entanto, profissional que atua junto ao surdo em sala de aula também é um

educador, haja vista que, em parceria com o docente titular da sala de aula e do AEE, deve elaborar recursos, estratégias e outros meios para fins de “ensinar certos sinais, ou colaborar para a construção de conceitos para que os alunos surdos acompanhem os conteúdos trabalhados” (LACERDA, 2015, p. 36-37).

No entanto, ressaltamos que para o bom desempenho da função de intérprete de Libras no meio educacional faz-se necessária formação adequada para exercer essa função, uma vez que são necessários conhecimentos que vão para além do domínio da Libras, isto é, é imprescindível que o intérprete tenha conhecimentos de natureza didático-pedagógica; coisa que os PAE's ainda possuem, já que são estudantes em processo de formação.

Considerações Finais

Pensar numa escola inclusiva é pensar numa escola que busque romper paradigmas, que esteja atenta às particularidades de todos os alunos. Isso também implica em atentar para as necessidades linguísticas da pessoa surda, garantindo o acesso à escola, sua permanência e aprendizado. Neste sentido, a presença do Intérprete Educacional tem uma importância ímpar. Entretanto, este profissional deve ter uma formação adequada para lidar com as mais diversas situações que são inerentes ao contexto da sala de aula.

Assim, por meio da realização desse trabalho de pesquisa foi possível perceber que as participantes dessa pesquisa lidam, no seu dia-a-dia, com o conflito entre a condição atual, que é a de serem - apesar de fluentes em Libras - estagiárias ainda estudantes de cursos de graduação, e as necessidades apresentadas pelas escolas e pelos alunos que acompanham, sendo consideradas as principais: os alunos não serem alfabetizados em língua de sinais nem em língua portuguesa e a falta de conhecimento por parte dos gestores e professores das escolas acerca das particularidades do aluno surdo.

Isso posto, podemos inferir que o intérprete educacional não é apenas um intérprete, ele tem como parte de suas funções o dever de auxiliar no desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo assistido, utilizando estratégias que estão para além do ato de interpretar. Estes profissionais precisam usar de estratégias diferentes para que o aluno construa seus conhecimentos e saiba significá-los em Libras. Em contrapartida, é necessário frisar que apesar de também

exercer a função de educador, o PAE que atua como intérprete não deve substituir o profissional docente que atua na sala de aula regular e nem o da sala de recursos, haja vista que não é função do Intérprete Educacional, muito menos de estagiários que ainda não concluíram sua formação acadêmica.

Referências

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

DORZIAT, A. **Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?** Revista do Centro de Educação. Edição: 2004 - Nº 24.

_____. **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

_____. **O direito dos surdos à educação: que educação é essa?**. In: DORZIAT, A. (org.) **Estudos surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

LACERDA, C.B.F. de; SANTOS, L.F.S. dos; CAETANO, J. F. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. São Carlos: EDUFSCar, 2013.

_____. **Intérprete de libras em atuação: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

_____, SANTOS, L.F.; MARTINS, V.R.O. **Escola e diferença: caminhos para educação bilíngue de surdos**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

QUADROS, R.M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2005.

SILVA, A. E. & FERNANDES, E. M. **Intérprete de Libras, professor intérprete... afinal, qual a função que deve ser disseminada?**. Londrina: 2011.

SKLIAR, C. **A localização política da educação bilíngue para surdos**. In: SKLIAR, C. (org.) **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos**. Porto Alegre: Mediações, 2013.

FERREIRA, C.A.L. **Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação**. Revista Mosaico: 2015

FONTELLES, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S.H.; FONTELLES, R. G. S. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. Disponível em: <https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL, 2010. Legislação Federal do Brasil. **LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1025011/lei-12319-10>>. Acesso em: 19 out. 2018.